

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 117/2017 – GAB/DPG, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

A Defensoria Pública Geral do Estado, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos I e VIII da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006.

Considerando o Art. 13 da Lei Nº 8.107, de 19 de fevereiro de 2015, através do qual ficam criadas as Funções Gratificadas, conforme anexo IV da referida Lei;

Considerando o processo 2017/142371;

RESOLVE: Conceder Gratificação de Função, no padrão FG 2 – DP, ao Servidor Público THIAGO MENDES DA SILVA, matrícula nº 57201718, ocupante do cargo de Técnico em TI de Defensoria Pública, para chefiar a Equipe de Suporte do Núcleo de Tecnologia da Informação, a contar de 5 de abril de 2017.

Cumpra-se. Publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 164335

PORTARIA Nº 118/2017 – GAB/DPG, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

A Defensoria Pública Geral do Estado, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos I e VIII da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006.

Considerando o Art. 13 da Lei Nº 8.107, de 19 de fevereiro de 2015, através do qual ficam criadas as Funções Gratificadas, conforme anexo IV da referida Lei;

Considerando o processo 2017/142371;

RESOLVE: Conceder Gratificação de Função, no padrão FG 2 – DP, ao Servidor Público DIEGO JOSÉ BARROS, matrícula nº 57201700, ocupante do cargo de Técnico em TI de Defensoria Pública, para chefiar a Equipe de Redes do Núcleo de Tecnologia da Informação, a contar de 5 de abril de 2017.

Cumpra-se. Publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 164337

PORTARIA Nº 116/2017 – GAB/DPG, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

A Defensoria Pública Geral do Estado, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8º, incisos I e VIII da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006.

Considerando o Art. 13 da Lei Nº 8.107, de 19 de fevereiro de 2015, através do qual ficam criadas as Funções Gratificadas, conforme anexo IV da referida Lei;

Considerando o processo 2017/142371;

RESOLVE: Conceder Gratificação de Função, no padrão FG 3 – DP, à Servidora Pública NATÁLIA COUTO DIAS DA SILVA, matrícula nº 57195075, ocupante do cargo de Analista de Defensoria Pública, para chefiar a Equipe de Sistema do Núcleo de Tecnologia da Informação, a contar de 5 de abril de 2017.

Cumpra-se. Publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 164334

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 605/17 – DPG em, 30/03/2017.

Transferir 30 dias de Licença Prêmio do Defensor Público BRENO LUZ MORAIS, matrícula nº 57175543, anteriormente concedida pela PORTARIA Nº 1110/2016, publicada no DOE nº 33.190 de 12/08/17, para o período de 24/04/2017 a 23/05/2017.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral

Protocolo: 164400

PORTARIA Nº 607/17 – DPG em, 30/03/2017.

Interrromper 15 dias a Licença Prêmio do Defensor Público ROGÉRIO FELIPE ZACHARIAS, matrícula nº 57231637, anteriormente concedida pela PORTARIA Nº 113/2017-DPG, publicada no DOE nº 33.320 de 22/02/17 referente ao triênio 2008/2011, com gozo no período de 13/03/2017 a 11/04/2017, restando 15 dias que deverão ser gozados no período de 29/05/2017 a 12/06/2017.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral

Protocolo: 164405

PORTARIA Nº 604/17 – DPG em, 30/03/2017.

Conceder 60 dias de Licença Prêmio a Servidora Pública MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA PINTO AMORIM, matrícula 5098769-016, referente ao triênio 2013/2016, nos períodos 17/04/2017 a 16/05/2017 e 06/11/2017 a 05/12/2017.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral

Protocolo: 164399

ERRATA

ERRATA: Onde se Lê: De 25/10/2016 até 25/11/2017;

Leia-se: De 25/10/2016 até 07/06/2017.

Correção da publicação de 03/11/2016, Protocolo 115799, DOE. 33.243, Processo nº 2013/329.338.

Protocolo: 164631

APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO Nº: 2013/141.603 – DP/PA – Vol. I

CONTRATO: 004/2016 DP/PA

DATA DA ASSINATURA: 04/04/2016

DATA DA PUBLICAÇÃO: 06/04/2016 DOE: 33.102

LOCATÁRIA: Defensoria Pública do Estado do Pará

LOCADORA: Roberta Helena Medeiros Mesquita Moraes.

OBJETO: Locação de imóvel não residencial, sede da Entrância Especial, município de Belém/PA.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, através de sua titular, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 determina o apostilamento ao contrato nº. 004/2016, pertinente à modificação na Dotação Orçamentária para o período de **vigência de 04/04/2017 a 04/04/2021**, sem alteração de valor em decorrência de acordo entre as partes, conforme doc. as fls. 311 dos autos, devendo, pagar mensalmente pelo período de 12 (doze) meses a importância de **R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais)**.

RECURSOS FINANCEIROS:

Programa/Projeto/Atividade: 30101.03.122.1447.8458

Elemento de Despesa: 339036

Fonte: 0101

Plano Interno (PI): 4210008458C

GP Pará: 239065

Belém, 04 de março de 2017.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública-Geral do Estado do Pará.

Protocolo: 164703

NORMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe acerca da atuação dos Defensores Públicos do Estado do Pará nas causas com valor inferior a 20 (vinte) salários mínimos, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

A Defensora Pública Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I, IV e VIII da Lei Complementar Nº 054, de 07 de fevereiro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de otimização da assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, em face ao déficit de mais de cem defensores públicos nos quadros da carreira;

CONSIDERANDO a autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública Estadual, consubstanciada na capacidade de autogestão e de organizar, dispor e gerir os seus próprios serviços, visando a dar-lhes efetividade, continuidade e eficiência;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº. 9.099/1995 a assistência por advogado é facultada nas causas de valor até vinte salários mínimos e, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

CONSIDERANDO que a assistência judiciária mencionada no dispositivo legal acima citado é mister do Poder Judiciário, mais especificamente, dos Juizados Especiais;

CONSIDERANDO a necessidade de priorização das demandas, cuja a atuação da Defensoria Pública é obrigatória, bem como a necessidade de estabelecer medidas transitórias com vistas a assegurar o cumprimento das atribuições institucionais da Defensoria Pública e a qualidade no atendimento ao cidadão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a recusa de atuação aos órgãos de execução da Defensoria Pública do Estado do Pará junto aos Juizados Especiais Cíveis, nas causas de valor até 20 (vinte) salários mínimos.

§ 1º É obrigatória a atuação nos casos em que a legislação pertinente assim o determinar, como na hipótese de interposição e contrarrazões de recursos.

§ 2º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às causas que já estejam sob o patrocínio da Defensoria Pública.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Dê-se ciência. Cumpra-se. Publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 164326

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Extrato do 10º Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2014/TJPA //

Partes: TJPA e Empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA PRODUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME., CNPJ nº 05.814.441/0001-40// Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância eletrônica 24 horas com monitoramento remoto por alarme // Objeto do aditivo: Acréscimo contratual no percentual de 0,489%// Valor do aditivo: R\$91.153,23 (mensal) // Foro: Belém-PA // Data da Assinatura: 28/03/2017 // Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração // Ordenadora Responsável: Sueli Lima Ramos de Azevedo – Secretária de Planejamento. //

Protocolo: 160895

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº. 031.2012/TJPA//

Partes: TJPA e a empresa CIENTEC ASSISTENCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.404.667/0001-03// Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em equipamentos odontológicos.// Origem: licitação realizada na modalidade Pregão nº 006/TJPA/2012// Objeto do Aditivo: Prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses e alteração do fiscal do contrato.// Valor do Aditivo: valor global estimado em R\$ 16.923,36// Programa de Trabalho: 02.331.1421.8198; Natureza de Despesa: 339039; Fonte de Recursos: 0118. Vigência do Aditivo: início em 09/04/2017 e término em 08/04/2018// Data da assinatura: 06/04/2017// Foro: Belém/PA// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração // Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos de Azevedo.

Protocolo: 163828

AVISO DE LICITAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 017/TJPA/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em portas de vidro temperado, instaladas em 03 (três) prédios pertencentes ao Tribunal de Justiça na Região Metropolitana de Belém: Prédio Sede do TJPA (Av. Almirante Barroso, 3089, Marco), Prédio do Fórum Criminal da Capital (Rua Tomázia Perdígão, 310, Cidade Velha) e Prédio do Fórum Cível da Capital (Rua Coronel Fontoura, s/n, Cidade Velha). Com fornecimento, sem ônus para o TJPA, de peças e demais materiais necessários à execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital. SESSÃO PÚBLICA: 24/04/2017, às 10h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG do TJ/PA: 925942. Edital disponível em: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3257) e-mail licitacao@tjpa.jus.br. Belém, 06 de março de 2017.

Protocolo: 164440

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0716/2017 – SP, 27 de março de 2017.

Nome: GABRIEL HENRIQUE DA SILVA VENTURA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 40320 / Nº. de Diárias: 3½ (três e meia) / Origem: BELÉM/PA / Destino: SANTARÉM/PA / Período: 03 à 06/04/2017 / Objeto: REALIZAR FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO OBRA DO FÓRUM DE ÓBIDOS.